

**O CONCEITO DE MEIO EM FEBVRE, CLAVAL E
CANGUILHEM: PONTOS E CONTRAPONTO
NA DÉMARCHE FRANCESA DE GEOGRAFIA**

*THE CONCEPT OF ENVIRONNEMENT IN FEBVRE, CLAVAL AND
KANGKILL: POINTS AND COUNTERPOINTS IN THE FRENCH
GEOGRAPHY DÉMARCHE*

Rodrigo Emídio Silva

Secretaria de Estado de Educação (SEDUC)
resgeo@bol.com.br

Wellington Ribeiro da Silva

Universidade Estadual de Goiás (UEG)
wellribas@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a categoria meio a partir de três autores: Lucien Febvre, Paul Claval e Georges Canguilhem. Os dois primeiros se dedicaram ao estudo dessa categoria no curso da primeira metade do século XX, o terceiro na segunda metade desse século. As obras analisadas desses autores foram: *A terra e a evolução humana: introdução geográfica à história*, *Epistemologia da Geografia* e *O conhecimento da vida*. Como resultado, é possível assegurar que os teóricos apresentam significativas influências ontológicas e epistemológicas no que se refere à incorporação de noções e categorias da geografia lablacheana. Em Febvre, essa interlocução, além de alçá-lo à condição de grande conhecedor da geografia de sua época, legou-lhe as bases fundantes da noção de tempo estrutural, precondição das permanências na história. Em Claval, além da incorporação da máxima de que a geografia é, antes de tudo, uma ciência da observação, sua cientificidade só seria atingida caso centrasse nas condições do ambiente (meio) como palco e mola-propulsora da diversidade dos homens, dos gêneros de vida, das culturas e das instituições humanas. Em Canguilhem, a incorporação do repositório lablacheano está atrelada ao fato de que a defesa do vitalismo e de toda uma série de preceitos médicos deu-lhe substratos na sua ostensiva alegação das relações, das sutilezas, das simbioses e das interdependências quando do trato do meio e dos seres viventes.

Palavras-chave: Geografia. Meio. Homem. História. Epistemologia

Abstract: This paper aims to analyze the environmental category from three authors: Lucien Febvre, Paul Claval and Georges Canguilhem. The first two devoted themselves to the study of this category during the first half of the twentieth century, the third, in the second half of this century. The analyzed works of these authors were: *Earth and human evolution: geographical introduction to history*, *Epistemology of Geography* and *The knowledge of life*. As a result, it is possible to ensure that these theorists have significant

ontological and epistemological influences regarding the incorporation of notions and categories of Lablachean geography. In Febvre, this interlocution, in addition to elevating him to the condition of great knowledge in Geography of his time, bequeathed him with the foundations of the notion of structural time, precondition of permanences in history. In Claval, in addition to incorporating the maxim that geography is, first and foremost, a science of observation, its scientificity would only be attained if it centered on the conditions of the environment as a stage and a driving force for the diversity of men, genders, human life, cultures and institutions. In Canguilhem, the incorporation of the Lablachean repository is linked to the fact that the defense of vitalism and a whole series of medical precepts gave it substratum in its ostensible claim of relations, subtleties, symbioses and interdependencies when dealing with the environment and living beings.

Keywords: Geography. Environment. Men. History. Epistemology

Introdução

O meio é uma dessas expressões que, quando referida à intersecção homem-natureza, não ostenta nem especialidade, nem linguagem e terminologia próprias, como, por exemplo, ecossistema e ambiência. Qualquer pessoa, mesmo aquela que não tenha passado pelo foro da educação formal, consegue falar sobre o meio em que vive ou o meio que influencia a formação de determinada planta, o meio que produz tal comportamento, o meio que facilita ou dificulta a produção ou a criação técnica, enfim, o meio, expressão cara à geografia, que intentou suplantar os resquícios da metafísica oitocentista, é um termo que permite um acentuado trânsito entre a linguagem geográfica e o senso-comum, inclusive desconfiando da impermeabilidade entre os mesmos.

A investigação que aqui se apresenta não entra na querela propriamente semântica que cinge o termo meio quando lastreado pelo senso-comum. Assim, intentamos explorar as apreciações, propriamente científicas, que o termo experimentou sob o prisma de três autores de expressiva importância no trato às questões que envolvem a relação homem e meio ambiente. Dois desses autores estiveram ligados umbilicalmente ao estudo da categoria meio no curso da primeira metade do século XX, o terceiro traz à baila contribuições sobre o tema na segunda metade deste século. Assim sendo, analisaremos três trabalhos dos três autores, sendo tal escolha derivada da presunção de que algumas obras específicas acercaram com mais agudez do tema supra exposto.

O primeiro desses autores é o historiador Lucien Febvre (1878-1956), renomado historiador francês, famoso por sua ascendência sobre boa parte da historiografia contemporânea que se debruça sobre a crítica da história factual, de verve política e assentada

na valorização do passado, nos feitos memoráveis dos sujeitos históricos e na reiteração da máxima “história *magistra vitae*”, história mestra da vida. Fundador da chamada “Ecole des Annales”, juntamente com seu amigo e compatriota Marc Bloch (1886-1944), Lucien Febvre notabilizou-se pelas incessantes campanhas contra o que ele chamava de heranças positivistas na produção do pensamento histórico, lançando mão da inovadora proposta de tratar o fato histórico como produto da afluição de diversas causas e, por isso mesmo, de diversos saberes. Ganham relevo em suas investigações os aportes das ciências sociais, sobretudo da sociologia, além da linguística, da economia, da psicologia e, mais para perto da presente investigação, da geografia. A obra em estudo desse autor é *A terra e a evolução humana: introdução geográfica à história*.

O segundo autor a perfilar neste cotejo crítico é o geógrafo francês Paul Claval (1932), com sua obra *Epistemologia da Geografia*. Nesse texto, o autor passa em revista as *démarches*, os grandes eixos temáticos tecidos na história do pensamento geográfico, os grandes debates epistemológicos constituídos ao longo do intervalo de tempo de 1890 a 1970, a vaga dos estudos pós-modernos e pós-coloniais e os estudos das categorias e conceitos fundamentais da geografia, como paisagem, lugar e região. Além disso, o autor se vale de um capítulo inteiro para focar a relação homem-meio, recuando até a concepção hipocrática dos gregos da Antiguidade e culminando com a concepção ecológica da contemporaneidade, passando, também, por axiomas sensualistas e evolucionistas.

O terceiro é o médico e filósofo francês Georges Canguilhem (1904-1995), estudioso pertinaz da ciência e daquilo que se convencionou chamar de “história da ciência”. Mediante incursões no ramo da produção do saber médico, cotejou os paradigmas que se pronunciaram na aurora da medicina moderna, com destacada defesa do vitalismo ante o predomínio dos paradigmas mecanicista e organicista. A crítica ao naturalismo e ao determinismo assente à medicina, sobretudo na psiquiatria, rendeu-lhe elementos para a crítica ao dualismo normal-patológico, ao revisitar a ocorrência dos chamados “monstros” nos sistemas lineano, lamarckiano e darwiniano.

A opção pelo cotejo do texto de Claval, Febvre e Canguilhem deve-se ao fato de o autor mostrar-se herdeiro de Paul Vidal de la Blache, assim como Febvre. O estudo estriba-se na hipótese de que a geografia clavaliana reatualiza a noção de geografia enquanto ciência dos lugares (ora relativizando o pensamento febvreano de seu espectro dualístico sedimentado no coração da geografia, ora ressignificando as temáticas lablacheanas, sob as demandas e os novos aportes conceituais do pós-Segunda Guerra Mundial). Por sua vez, ainda jovem e

coabitando o mesmo círculo de influências teórico-metodológicas que gravitou em torno de Febvre e demais estudiosos da Universidade de Estrasburgo (como Halbwachs, Blondel, Bloch), Canguilhem não reitera o modelo dualista de geografia, isto é, a velha oposição: determinismo ambiental versus possibilismo, pois que, se assim o fizesse, comprometeria sua perspectiva analítica cravada na ideia de complexidade.

Da discussão sobre homem e meio em Lucien Febvre ou da geografia enquanto ciência dos lugares

Se ler Lucien Febvre, como afirma Rebelo¹, é recuperar a origem, em suas delimitações fronteiriças, dos princípios e objetos da geografia moderna, compreender a discussão sobre meio, que esse historiador francês faz, nos primórdios do século XX, exige perscrutar o fazer geográfico no âmbito da ciência. Em *A terra e a evolução humana: introdução geográfica à história* (1991), o precursor dos Annales discorre sobre o conceito de meio, mais especificamente sobre a relação entre meio e sociedade – objeto da geografia humana. A defesa que Febvre faz enquadra-se na historiografia francesa cujo nome de relevo é Vidal de La Blache. No duelo de forças, o posicionamento de La Blache, historiador francês, é confrontado com o de Ratzel, geógrafo conceituado da escola alemã.

Para entender o conceito de meio como objeto da geografia humana, no entanto, o caminho deveria dar-se por reflexão profunda nos trilhos da ciência, seguindo o modelo da geografia física. Para isso, o autor recupera a perspectiva histórica que traduz a forma como o problema do meio é colocado. Essa discussão não é nova e remonta aos gregos, especificamente a Hipócrates (460a.C-377a.C), cuja linhagem abrange Platão, Aristóteles, Galeno, Políbio, Ptolomeu, Lucrécio e outros.

Para Hipócrates, há uma distinção entre

[...] os indivíduos das regiões altas, húmidas e batidas pelos ventos – homens de elevada estatura, de natureza simultaneamente afável e agreste – e os habitantes das terras produtivas como pouco espessas, descobertas, sem água, com bruscas variações climáticas: nervosos, secos, mais louros que morenos, de carácter arrogante e indócil? (FEBVRE, 1999, p. 20).

A proposta alargada e desenvolvida por modernos como Bodin (1530-1596) contesta a arbitrariedade de um determinismo geográfico rigoroso e defende que a ação exercida na relação homem e meio não pode se dar de modo rígido e absoluto. Outros estudiosos, agora

¹ Autor que escreve o Prefácio da obra de Febvre (1991).

já na aurora da modernidade, são citados, como Dubos (1670-1742) e Montesquieu (1689-1755). No primeiro caso, o abade considera a influência do meio físico, do clima, sobre a vida política dos homens, mais especificamente sobre a raiz moral que ele dá importância. No segundo, a atribuição do filósofo é feita ao solo, no sentido de entender de que modo “a natureza do terreno influi nas leis”. Outros contemporâneos buscam sustentação no passado para fundamentar a relação homem-meio, emergindo assim origem mágica, influência de astros, ou mesmo, destino. O próprio Bodin estabelece a ligação entre astros e regiões.

Para Febvre, a concepção verdadeiramente moderna e significativa é de Buffon (1707-1788), que entende o homem não como massa mole modelada pela natureza, mas como ator que, pela inteligência, subjuga e domestica animais e, pelo trabalho, marca a natureza, sendo ele uma de suas forças. Nessa mesma esteira, Paul Claval, três quartos de século após a publicação do livro de Febvre, admite a obra buffoniana como uma espécie de antessala da geografia humana, *avant la lettre*.

Ele marca o ponto de partida de uma concepção totalmente diferente daquela – a substituição definitiva dessa concepção do “meio”. Aperfeiçoada, modificada, adaptada pelo homem, a terra “humanizada”, sem dúvida, reagiu, em seguida, sobre ele. Mas foi o homem que primeiro exerceu sobre ela o seu poder de transformação e de adaptação. (FEBVRE, 1991, p. 26)

Sobre o peso do legado buffoniano acerca da relação homem-meio, Canguilhem é mais modesto. Como analisaremos com mais vagar, ele põe em cena o fato de Buffon ser um grande admirador de Newton e, por isso mesmo, em sua obra vicejam tantos elementos da física clássica como aqueles que proferirão o debate entre finalismo e mecanicismo na ciência do oitocentos.

A discussão sobre o meio depara-se com delimitações de saberes, como a história. E historiadores da envergadura de Michelet pensavam questões geográficas como, por exemplo, ao afirmar que a história era antes de tudo geografia, já que a ação do homem se dá em determinado solo e esse influi, de muitos modos, nessa ação. “Michelet pressentia que o solo não é, para as sociedades humanas, um simples suporte imóvel, um inerte palco de teatro” (FEBVRE, 1991, p. 27). Michelet não compreendia o solo como determinador dos destinos, da raça humana, muito menos como suporte rígido dos homens. Taine (1828-1893), por sua vez, alarga o componente físico a partir de uma junção entre atmosfera material, moral e intelectual ao defender que o meio tem como referência tudo que “rodeia um ser humano: clima, solo e também instituições, religião e governo” (FEBVRE, 1991, p. 29). Tanto um quanto outro exerceram influência sobre intelectuais, sobretudo historiadores.

No âmbito da geografia, a que então nascia, no caso, a geografia humana, uma bifurcação que traduzia um modo de se entender a relação homem e meio dava-se em torno da produção do zoólogo e geógrafo de Friedrich Ratzel (1844-1904) ou do historiador Vidal de La Blache (1845-1918). Um, influenciado por ideias não necessariamente científicas, como assegura Febvre, outro, assentado em bases científicas. Sobre Ratzel², Febvre diz:

[...] toda a maestria pessoal de um Ratzel, todo o seu profundo e superior conhecimento do globo, toda a sua erudição histórica e sobretudo etnográfica são insuficientes para substituir um século de inquéritos parciais, prudentes e metódicos. E precisamente o vício a semelhantes empresas é [...] a ilusão de que a realidade foi inteiramente abrangida por elas, purificada, condensada nalgumas abstrações [...] Construções assim, as dum Ratzel, aliás fortemente influenciadas por ideias e considerações que não são estritamente científicas [...] revelam os dons superiores de um arquiteto ricamente dotado. (1991, p. 41)

As várias críticas que Febvre faz a Ratzel vão tecendo o entendimento que o autor tem de meio porque, a partir dos apontamentos desse geógrafo, que faz da geografia uma pilhagem audaciosa de domínios reservados a outras ciências, Febvre, por observação e crítica, elucida falácias e limites. Exemplo disso pode ser percebido na discussão sobre morfologia social e geografia humana, o que cabe a cada uma delas defender. Acusada de ambição, a geografia humana defende que a sociedade humana pode ser por ela explicada, por suas abstrações, por seus métodos. Todavia, o porta-voz dessa ciência é unicamente Ratzel.

A fronteira entre geografia e história, entre geografia e outras ciências, passa a ser traduzida na obra de Febvre pela tessitura que escancara conflitos de uma época. Para o autor, seria papel da geografia nas investigações humanas “apreender e revelar, em cada momento de sucessão, as complexas relações que os homens, autores e criadores da história, mantêm com a natureza orgânica e inorgânica, com os múltiplos factores do meio físico e biológico” (FEBVRE, 1991, p. 67-68). Diria La Blache, em 1913, que a geografia teria como tarefa estudar as expressões mutáveis da Terra conforme os lugares revestidos que têm como agente o homem.

[...] o homem apresenta-se como um dos mais poderosos artífices da modificação das superfícies terrestres. Não há força que não utilize, que não submeta à sua vontade; não há região, como se tem dito, que não apresente os estigmas da sua intervenção. Actua sobre o solo isoladamente; actua mais ainda colectivamente – por intermédio de todos os seus agrupamentos, dos mais restritos aos mais vastos, desde os agrupamentos familiares aos políticos. E tal acção do homem sobre o meio é

² Na primeira parte do livro de Febvre, é nítido o esforço do autor em pôr o debate sobre o meio no seu devido lugar, evidenciando autores, escolas e tendências. Também fica clara a emulação que o mesmo estabelece com Ratzel e de sua geografia que é vista como manual do expansionismo alemão. Este talvez seja o aspecto que o mesmo mais se distancia das análises de Canguilhem e de Claval, uma vez que estes o citam apenas uma vez, saudando-o como o criador da Antropogeografia.

precisamente o que de humano entra no âmbito da geografia. (FEBVRE, 1991, p. 69)

Para La Blache, a “geografia é a ciência dos lugares, e não a dos homens”. Aos homens, caberia os estudos no âmbito, por exemplo, da morfologia social, ou seja, da sociologia, mas também da antropologia e outras. Nessa discussão, que adensa em desconstruir uma visão equivocada dos propósitos da geografia, Febvre vai assegurando seu lugar na escola francesa. A partir dessa sustentação teórica, defende que a atenção da geografia não deve estar voltada à questão da influência entre homem e natureza e sim das relações. O termo relação despe-se de todo um passado nebuloso e obscuro que, diferentemente do termo influência, próprio da linguagem astronômica, traduz o fato de que:

Para agir sobre o meio, o homem não se coloca fora dele. Não vai escapar à sua influência no preciso momento em que procura exercer a sua própria influência sobre ele. E a natureza que, por outro lado, actua sobre o homem, a natureza que intervém na existência da sociedade humana para a condicionar, não é uma natureza virgem, independente de todo o contacto humano; é uma natureza já profundamente influenciada, profundamente modificada e transformada pelo homem. Acções e relações perpétuas. (FEBVRE, 1991, p. 324)

É assim, portanto, que a relação meio e homem é compreendida, num ir e vir em que um dá, mas também recebe. O solo, então, não mais é visto como algo inócuo, vazio. O homem, como sujeito abstrato, ilhado da sociedade em que vive. Os fatos humanos como brutos, bem como os naturais como provenientes de fatalidades, como atos cegos e mecânicos. E somente uma ciência poderia dar conta de entender essa relação que não é simples, é complexa, não está dada, mas pode ser aproximada dos fenômenos da vida. Tal apreensão exige trabalho coletivo, observação, recorte, experimentação cuidadosa e prudente, rigor metodológico, espera atenta.

Do estudo do meio em Paul Claval ou da atualização da geografia enquanto ciência dos lugares

No capítulo intitulado “A geografia como estudo das relações do homem com o ambiente: um esquema recorrente de explicação” do livro *Epistemologia da Geografia*, Claval assinala que, antes da voga dos estudos hipocráticos, a geografia não se interessava pelo estudo do meio propriamente dito, uma vez que, em Aristóteles, por exemplo, subsiste uma preocupação com fenômenos verticais que atuavam na “esfera dos fixos e o meio onde vivemos” (CLAVAL, 2014, p. 115), sendo-lhe, portanto, estranha a ideia horizontalizante de clima e, desta feita, de meio.

Segundo o autor, “Hipócrates volta-se para o exterior, para o ‘meio’, porque não vê fator interno capaz de provocar as perturbações que afetam a saúde dos homens” (CLAVAL,

2014, p. 115). Sendo assim, a “ideia” de meio germina muito antes da proto-história da ciência moderna, o que torna a leitura de Claval menos ortodoxa, conquanto não premissa pelos dispositivos racionais e todo desiderato da mecânica newtoniana do século XVIII como ponto de partida para então se pensar na ideia, na noção e no conceito de meio. A esse respeito, Claval aproxima-se bastante de Febvre. Ambos conferem cardeal importância a Hipócrates, sobretudo ao seu tratado *Dos Ares, das Águas e dos Lugares*, o primeiro a se arvorar na defesa de um modelo de determinismo. Apesar de compartilharem da condição seminal da obra citada, Claval é mais categórico e, digamos, mais cuidadoso que Febvre, ao não associar o determinismo hipocrático diretamente ao determinismo ambiental que florescerá na modernidade.

Desde o século XVI, observa Claval (2014, p. 119), a abordagem hipocrática apresentar-se-ia em franco descompasso com a *démarche* científica, uma vez que seria “necessário doravante descrever processos, desmontar os mecanismos”. Mesmo assim, a retumbância deste paradigma chegaria até Michelet para quem

Dispõe, como fonte, apenas das imagens conhecidas sobre os traços mais notáveis de cada região, e que se adquiriu o hábito de associar com as rochas (o granito bretão explica a energia e a obstinação das populações do oeste), os solos, a vegetação, o relevo, as temperaturas mais ou menos elevadas, a seca e a umidade. (CLAVAL, 2014, p. 119)

Ao dar conta dos últimos ecos do sistema hipocrático na geografia, o autor de *Histoire de la géographie française: de 1870 à nos jours*, parece esposar uma concepção de ciência que atreveríamos chamar de transversal, pois admite que até mesmo em La Blache, no seu *Quadro da Geografia da França*, a relação entre temperamentos e respectivos meios só seria concebível dentro do prisma hipocrático (CLAVAL, 2014, p.120).

A partir daí, Claval dedica-se à análise do sensualismo de Condillac (1714-1780), tendo o mesmo radicalizado as ideias de Jonh Locke (1632-1704). A seu ver

O sensualismo conduz ao determinismo: o espírito humano, as suas aptidões, as suas maneiras de operar, os comportamentos decorrentes são condicionados pelo universo no qual a criança e o adolescente se desenvolveram. Essa plasticidade é mais marcada nos jovens, mas não desaparece nunca. Tanto é que os hábitos, as atitudes e as maneiras de fazer não cessam de *depende dos meios* nos quais o indivíduo se desenvolve. (CLAVAL, 2014, p. 121, grifo nosso)

Se a noção hipocrática de meio, tributária da crença de que o microcosmo terreno era uma espécie de simulacro do macrocosmo supralunar, ensejou os primeiros laivos do determinismo, a noção sensualista de meio, no que pese sua natureza não orgânica,

impulsionou um tipo de determinismo tributário dos arranjos sociais, das máquinas do poder, do *Panopticon*, como concebido por Georges Bentham (1800-1884) (CLAVAL, 2014, p.122-123). A essa altura, o autor faz uma ressalva sobre o motivo pelo qual o sensualismo não teria despertado real interesse por parte dos geógrafos. Para Claval

O ambiente dos sensualistas é, sobretudo, o das formas construídas e das cidades. Os geógrafos têm estado, por muito tempo, mais atentos aos espaços naturais e ao mundo rural do que às áreas urbanas [...] e, sobretudo, nos anos 1930, os geógrafos voltam-se muito mais para as funções urbanas do que para as atmosferas e o significado que podem ter. Os geógrafos querem ser diferentes dos urbanistas: não compreendem o valor que estes atribuem às teses sensualistas. (CLAVAL, 2014, p. 125)

Na sequência de seu estudo, Claval empreende, com notável desvelo, o deslindamento sobre o que chamou de “ambientalismo herderiano”, pontuando, de chofre, que ele afetou com muito mais veemência a seara geográfica que os modelos sensualistas. Em sua trajetória filosófica inclinada para o entendimento do gênio de um povo e, destarte, dos fundamentos singulares da cultura, aliada a um franco distanciamento da ideia de progresso que nutre o racionalismo das Luzes, Herder (1744-1803) desenvolve uma concepção de meio como extensão da própria vida, da sociedade e de suas culturas. Nesse sentido, “o ambiente herderiano atribui tanto significado aos elementos criados pelos homens quanto às condições naturais” (CLAVAL, 2014, p. 127).

Entretanto, como bem asseverou Claval, “Herder não tem a preocupação de destacar os mecanismos pelos quais o ambiente pesa sobre as pessoas”. Como se vê, longe estamos de um determinismo ambiental estreito, até porque “existe uma relação sutil entre a língua, o imaginário social ou as formas literárias, de um lado, e o espaço no qual o povo vive, de outro” (CLAVAL, 2014, p. 127).

A herança desta visão romântica da relação homem-meio, trançada pelos fios que urdem a formação do gênio de cada povo, poderia ser atestada no *Tableau de la France*, de Michelet, quando este sentencia que “o verdadeiro ponto de partida da nossa história deve ser uma divisão política da França, formada a partir da sua divisão física ou natural. A história é primeiramente geografia (MICHELET apud CLAVAL, 2014, p. 129). Seguindo o mesmo diapasão, o *Tableau de la Géographie de la France*, de Paul Vidal de La Blache, mesmo em francos contornos da objetividade que regia a produção do conhecimento geográfico *fin-de-siècle* reitera, na genealogia clavaliana, o “elo profundo que une ambiente e nação”, que se não mantido “toda a aventura das histórias nacionais perderia o seu sentido” (CLAVAL, 2014, p. 130).

Antes de tecer considerações sobre o que ele chamou de concepção ecológica de meio, acercando-se do conceito central da geografia lablacheana de gênero de vida, Claval analisa o ambientalismo evolucionista, considerando as contribuições de Charles Darwin (1809-1882) e de Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829). Para o autor, o evolucionismo darwiniano teria engendrado duas novas disciplinas

A primeira, a ecologia, batizada em 1866, tem a tarefa de explorar as relações que se estabelecem num meio entre os seres vivos e aquilo que os cerca. A outra, a geografia, existe já, mas deve desenvolver uma faceta até então negligenciada por sua curiosidade – aquela que define os elos entre os homens e o seu ambiente. (CLAVAL, 2014, p. 132-133)

Mesmo atestando o vigor do paradigma darwiniano, que torna o conceito de meio ou de ambiente “um conceito-chave da geografia”, sobretudo na última quadra do século XIX, Claval reconhece que a força do lamarkismo no fazer geográfico veio como uma espécie de categoria atenuante dos efeitos cegos e atrozes que a seleção natural preconizava. Não lhe escapa, ainda, constar que a opção da geografia lablacheana pelos fundamentos e avatares lamarkistas, principalmente relativos à adaptação do homem ao meio, lança luzes nas relações profundas entre os seres vivos e o entorno natural, no papel da cooperação e “no velho tema das correspondências e das harmonias” (CLAVAL, 2014, p. 134).

Por fim, ao se ocupar da análise do meio na perspectiva ecológica, Claval admite que o concurso das suas ideias acerca dos meios foi, em grande parte, marcado pela ecologia (CLAVAL, 2014, p. 136). Não obstante, as *démarches* dos geógrafos (o autor não evidencia a nacionalidade, mas presumimos que esteja falando dos franceses que se seguiram aos postulados lablacheanos) principiam uma leitura original, constroem uma “ecologia do homem” ao tratar os gêneros de vida como o produto da “forma como os homens tiram proveito dos meios onde estão instalados, ao mesmo tempo, pelos instrumentos empregados para cultivar a terra ou construir edificações” (CLAVAL, 2014, p. 139).

Advogando as mesmas ferramentas analíticas dos geógrafos franceses que erigiram a crítica ao modelo alemão de análise da relação homem/meio, supostamente eivado de determinismos rígidos, Claval é levado a concluir que

[...] a ecologia não determina de maneira rígida e unilateral a distribuição dos grupos humanos porque as relações entre os homens e o meio variam com as técnicas à disposição dos grupos: cada meio é um reservatório de possibilidades que os homens aprendem pouco a pouco a utilizar. (CLAVAL, 2014, p. 140).

Do estudo da relação entre os viventes e o meio em Canguilhem ou da geografia como ciência dos complexos

Na atualidade, impera a noção de que a geografia é a ciência que lida de maneira mais completa e precípua com as relações entretidas pelos homens com o meio, mais precisamente, com o meio natural. Seja por sobrevivências do holismo atinente à visão romântica da natureza, seja pela reiterada crítica à mania de síntese – espécie de “obsessão existencial” da geografia –, o fato é que fazer geografia nos dias atuais implica lidar diretamente com essa interface, essa intersecção que tende a se apresentar como algo natural, ou seja, como se fosse um traço inerente e exclusivo da geografia.

Porém, qualquer incursão mais rigorosa à produção do conhecimento, mormente da chamada história das ciências, desfaz a naturalidade desse exclusivismo. Estudos como o ensaio de Canguilhem, aqui percorrido, evidenciam que a filosofia, a medicina e outras ciências, sobretudo humanas, já se ocupavam dessa temática mesmo antes de ela tornar-se um emblema geográfico.

Para os estreitos propósitos que animam a produção deste texto, importa pois considerar as reflexões do médico e filósofo francês Georges Canguilhem (1904-1995), cujas contribuições para os campos da epistemologia, da história da ciência, da história social, das imbricações entre as esferas fisiológica, psicológica e cultural na conformação entre o normal e o patológico espicaçaram estudos derivados da episteme bachelardiana, além de servirem de apoio aos instigantes trabalhos de Michel Foucault (1926-1984).

O estudo de Garcia (2016), *Senderos Encontrados: Canguilhem y la escuela de los Annales*, coloca a seguinte questão: “¿Por qué esta convergencia y a la vez esta falta de reconocimiento recíproco entre la historia social de los Annales y la epistemología histórica francesa?” (GARCIA, 2016, p. 39). Para esse autor, a paradoxal relação entre história social e epistemologia histórica na França seria mais produto de afirmações que teriam respondido pela criação de um ambiente cerrado e refratário entre estas duas áreas do que propriamente resultado de embates ou controvérsias teóricas inconciliáveis. Para tanto, cita o caso da adoção do conceito de gênero de vida, herdado da influência da escola lablacheana na sociologia de Halbwachs que, conforme o parecer de Canguilhem, teria ganhado em profundidade e em cientificidade (GARCIA, 2016, p. 41).

O texto “O vivente e seu meio”, parte integrante das conferências proferidas por Canguilhem em 1946-1947 no Colégio Filosófico, acomodadas junto a outras palestras,

conferências e artigos sob o título original *La connaissance de la vie* (1952)³, aponta que, diferentemente da postura de Claval e de Febvre, para quem a discussão sobre o meio remonta aos aforismos de Hipócrates, Canguilhem considera que “a noção e o termo *meio*⁴ foram importados da mecânica para a biologia, na segunda metade do século XVIII” (CANGUILHEM, 2012, p. 139, grifo do autor).

Como bem esclarece o autor, o termo “meio” foi a palavra empregada pelos mecanicistas franceses do século XVIII para se reportarem àquilo que Isaac Newton (1643-1727) entendia por fluído ou o éter. Por se caracterizar como um entremeio, o éter luminoso abrigaria, nas pegadas do pai da física mecânica, “centros de forças” que poderiam ser representadas por um ambiente, e só assim poder “falar de um meio” (CANGUILHEM, 2012, p. 140).

O sentido puramente mecânico do meio predomina nas formulações lamarckianas quando designa o conjunto de forças que atuam fora dos viventes. Segundo Canguilhem, Lamarck “nunca diz o meio, mas sempre ‘circunstâncias influentes’” (CANGUILHEM, 2012, p. 141). Entrementes, o modelo físico-matemático não chegou em estado “puro” a Lamarck, uma vez que passara pelas lentes do também naturalista francês Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788). Em Buffon, a concepção do rol de relações entre os organismos vivos e o meio é atravessada por uma dupla influência, primeiro, a cosmologia, influência direta de Newton, em seguida, as influências antropogeográficas⁵ que, para Canguilhem, seriam representadas por Montesquieu em franca prossecução ao paradigma hipocrático. Assim sendo, “Buffon nos aparece na convergência dos dois componentes da teoria: o componente mecânico e o componente antropogeográfico” (CANGUILHEM, 2012, p. 142). É interessante notar que Canguilhem, ao contrário de Claval⁶, não vê as manifestações tardias das teses hipocráticas como sendo meras retomadas, ou seja, como se tais ideias em estado puro tivessem uma validade transtemporal. Pelo contrário, Canguilhem historiciza a escalada desta e de demais influências – o que parece indicar uma austeridade epistemológica mais pronunciada no tratamento do horizonte científico propriamente dito.

³ Optamos pela edição brasileira, intitulada *O conhecimento da vida*, pelo fato desta edição trazer destaques, reparos do próprio autor e uma tentativa de integração entre os temas dos demais capítulos.

⁵ Para evitar o risco de uma leitura anacrônica, faz-se necessário salientar que todo o léxico específico das relações do homem com seu meio geográfico só veio a ganhar uma abordagem mais rigorosa e firmada em categorias propriamente geográficas com a publicação do livro *Antropogeografia* (1882), de Ratzel.

⁶ Em um dos excertos na obra supra-analisada, Claval parece legitimar a linha de abordagem confessa: “A geografia científica não dá as costas às formas de conhecimentos as quais ele sucedeu. Ela depende delas para a compreensão das sociedades do passado” (CLAVAL, 2010, p. 374).

Na periodização adotada por Canguilhem, os nomes de Comte, Ritter, Humboldt, Darwin e Taine parecem pavimentar importantes inovações e incorporações que gradualmente tornarão o estudo do meio cada vez menos infenso aos atributos humanos, culturais e históricos. Talvez por sua abordagem considerar o paradigma da mecânica clássica como verdadeira antessala para a fecundação da biologia e das ciências humanas em geral, secundando os demais paradigmas, sobretudo aqueles que se opunham à ideia de sistema, é que a ausência do nome de Herder possa ser justificada. Se o nome de Herder não aparece uma vez sequer nas páginas do ensaio de Canguilhem, e ele seja, na seriação adotada por Claval, tido como verdadeiro criador de uma vertente nos estudos do meio, teríamos razão em admitir uma divergência séria entre os dois autores? Como veremos, apesar de alguns desencontros e idiosincrasias, eles acabam tendo mais elementos em comum do que desacordos.

Ao percorrer a lição XLIII do *Curso de Filosofia positiva* de Auguste Comte (1798-1857), Canguilhem apresenta-nos a novidade advinda do julgamento comteano:

Para Comte, a teoria do meio aparece nitidamente como uma variante do projeto fundamental que o Curso de Filosofia positiva se esforça em preencher: primeiro o mundo, o homem depois. Ir do mundo ao homem. A ideia de uma subordinação do mecânico ao vital, tal como o formularão mais tarde, sob a forma de mitos, *Le système de politique positive* e *La synthèse subjective*, se ela é presumida, ela é, contudo, deliberadamente recalcada. (CANGUILHEM, 2012, p. 144)

A partir daí, o autor se debruça sobre a *Origem das Espécies*, de Charles Darwin (1809-1882), assumindo que “Darwin busca a aparição das formas novas na conjunção de dois mecanismos: um mecanismo de produção de diferenças, que é a variação, e um mecanismo de redução e de crítica dessas diferenças produzidas, que são a concorrência vital e a seleção natural” (CANGUILHEM, 2012, p. 148). Contrariamente a Lamarck, para quem o meio é “verdadeiramente o exterior no sentido próprio da palavra, ele é estrangeiro, não faz nada pela vida” (CANGUILHEM, 2012, p.147), em Darwin o ímpeto da variação, apenas por algumas vezes, depende do meio. De qualquer forma, para Darwin, “viver é submeter ao conjunto dos viventes uma diferença individual. Essa apreciação só comporta duas sanções: morrer, ou então fazer, por sua vez e por algum tempo, parte do júri. Mas, enquanto vivemos, sempre se é juiz e julgado” (CANGUILHEM, 2012, p. 148-149).

Dando continuidade às distinções entre os dois grandes naturalistas, Canguilhem menciona um aspecto crucial: o da complementariedade de seus sistemas analíticos

Lamarck pensa a vida segundo a duração e Darwin a pensa segundo a interdependência. Uma forma viva supõe uma pluralidade de outras formas com as quais ela está em relação. A visão sinóptica que constitui o essencial do gênio de Darwin falta a Lamarck. *Darwin aparenta-se mais com os geógrafos* e sabemos o que ele deve às suas viagens e às suas explorações. O meio no qual Darwin representa a vida do vivente é um meio biogeográfico. (CANGUILHEM, 2012, p. 149, grifos nossos)

Como se vê, o autor de *O normal e o patológico*, diferentemente de Claval e do próprio Febvre, enxerga muito mais parentesco em Darwin com os geógrafos do que propriamente de Lamarck com estes. Para nós, a melhor acolhida de Lamarck por parte de Febvre e, posteriormente, por Claval, deve-se a uma gama de fatores decorrentes que vão da formação da escola francesa de geografia⁷, polêmicas com outras escolas, sobretudo com a escola alemã, influências do historicismo etc. Infelizmente, o aprofundamento de tais questões escapa aos limites da presente análise.

A essa altura, o ensaio de Canguilhem é matizado pelo realce dado aos geógrafos alemães⁸ Karl Ritter (1779-1859) e Alexander von Humboldt (1769-1859). Além de aludir à já tão propalada noção de totalidade na apreensão das relações do homem com o meio, ele ainda nos informa do cariz histórico que particulariza as abordagens dos ditos “pais fundadores da geografia contemporânea”

Seu objeto é toda a humanidade sobre toda a Terra. A partir deles, a ideia de uma determinação das relações históricas pelo suporte geográfico se consolida em geografia, para chegar, na Alemanha, primeiro a Ratzel e à antropogeografia, depois à geopolítica e, por contágio, invade a história, a partir de Michelet. Lembremo-nos do *Tableau de La France*. Por fim, Taine, como já se disse, contribuirá para a difusão da ideia em todos os meios, inclusive o literário. (CANGUILHEM, 2012, p. 150- 151)

Nessa ocasião, não nos foi possível considerar as ponderações do autor acerca das implicações dos estudos antropogeográficos na seara médica da tipologia dos reflexos nos corpos viventes. Desconsideramos tal interlúdio e nos detivemos na passagem na qual ele retoma um argumento que, derivado de Febvre, é quase que um truísmo na escola francesa forjada em torno dos estudos de Paul Vidal de La Blache, senão vejamos:

O meio propõe sem jamais impor uma solução. Claro que num estado de civilização e de cultura determinada as possibilidades não são ilimitadas. Mas o fato de, num dado momento, ter como obstáculo aquilo que, ulteriormente, se revelará, talvez,

⁷ Alguns estudos sobre a história do pensamento geográfico em França, destacadamente no período que vai da década de 1870, com a instauração de Terceira República até a Segunda Guerra Mundial, salientam a importância para a empresa científica lablacheana das teses neo-lamarckianas da adaptação enquanto processo ativo dos seres viventes. A esse respeito, ver Berdoulay e Soubeyran (1984).

⁸ De acordo com Geraldino (2016), Darwin teria sido influenciado por filosofias menos ortodoxas, no que concerne ao estudo da relação homem e entorno natural. Salienta-se, a esse respeito, a Naturphilosophie e o Romantismo, via Humboldt, que teriam comparecido na elaboração da *Origem das Espécies*.

como sendo um meio de ação se deve definitivamente à ideia, à representação que o homem – trata-se do homem coletivo, é claro – faz de suas possibilidades, de suas necessidades e, para tudo dizer, deve-se ao fato de ele se representar como desejável, o que não se separa do conjunto dos valores. (CANGUILHEM, 2012, p. 153)

Do ponto de vista terminológico, o texto de Canguilhem em nada se distancia das análises foucaultianas, por exemplo, marcando notável distanciamento da nomenclatura médica que predomina em parte de seus textos. Mas o que mais nos interessa aqui é destacar a ênfase nas possibilidades e sua inapelável similaridade com o livro de Febvre.

Considerações finais

O estudo comparativo, quando centrado em estudos similares de autores distintos ou epistemologicamente próximos, pode alumiar novas perspectivas, além de dirimir dúvidas quanto a possíveis intercâmbios teóricos ou, pelo contrário, quanto a rupturas, dissonâncias e lineamentos estanques e, ainda, tornar mais complexa a temática que serviu de parâmetro a tal estudo. Nesse pequeno estudo, ainda carente de amadurecimento teórico, ousamos comparar três autores, cujas linhagens teóricas, formações e devidas especializações profissionais são distintas: um historiador, um geógrafo e um filósofo/médico/epistemólogo. Além disso, a contemporaneidade entre eles é relativa, tendo o primeiro falecido em meados da década de 1950, o terceiro, em 1995, e o segundo, está ainda em franca produção teórica.

O cotejo entre Lucien Febvre, Paul Claval e Georges Canguilhem postulou dar conta de abordagens destes autores a respeito do conceito de “meio”, tal qual o mesmo aparece na literatura referente aos estudos da interface entre os elementos naturais e os elementos humanos. Os textos de Claval e Canguilhem, por serem mais específicos e de abrangência mais restrita, conformam tipologias, enquanto o texto de Febvre é um arrazoado de ideias que aparecem aqui e ali no curso da escrita do seu livro. Os autores em questão, no que pese o rumo de suas opções teóricas – Febvre constituiu-se, juntamente com Marc Bloch, num dos pilares da história social e cultural, Claval fez escola na geografia cultural de verve francesa e Canguilhem tornou-se referência obrigatória nos estudos sobre epistemologia e história da ciência –, apresentam significativas influências ontológicas e epistemológicas no que se refere à incorporação de noções e categorias da geografia lablacheana.

Em Febvre, a interlocução com La Blache, além de guindá-lo à condição de maior nome da geografia de sua época, provocando a ira daqueles que tinham Ratzel como o detentor deste posto, ainda legou-lhe o esteio e a égide da noção de tempo estrutural, precondição das permanências na história. Em Claval, além da incorporação da máxima de

que a geografia é, antes de tudo, uma ciência da observação, tema caro a La Blache e levado ao paroxismo no “La Blache” febvreano, sua cientificidade, em meio às crises enfrentadas pelo atavismo idiográfico no pós-Segunda Guerra Mundial, só seria atingida se a mesma se centrasse nas condições do ambiente (meio) como palco e mola-propulsora da diversidade dos homens, dos gêneros de vida, das culturas e das instituições humanas. Como o título do segundo tópico da presente investigação já patenteou, em Claval, ao menos na obra em questão, é possível ler uma geografia lablacheana atualizada e ressignificada. Por fim, em Canguilhem, tudo indica que a incorporação do repositório lablacheano está atrelada ao fato de que a defesa do vitalismo e de toda uma série de preceitos médicos que rivalizavam com os modelos mecanicista, organicista e positivista de ciência deu-lhe substratos na sua ostensiva defesa das relações, das sutilezas, das simbioses e das interdependências quando do trato do meio e dos seres viventes.

REFERÊNCIAS

BERDOULAY , V.; SOUBEYRAN, O. **Lamarck, Darwin et Vidal: aux fondements naturalistes de la géographie humaine**". *Annales de Géographie*, n. 561-562, 1984.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Trad. Maria Thereza R. C. Barrocas. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

----- **O conhecimento da vida**. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

FEBVRE, Lucien. **A Terra e a Evolução Humana**. Introdução Geográfica à História. 2. ed. Lisboa: Cosmos, 1991.

GERALDINO, Carlos Francisco Gerencsez. **A questão da Geografia na “Origem das Espécies” de Charles Darwin**. 2016. 227f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, São Paulo.

GARCÍA, Francisco Vásquez. **Senderos encontrados: Canguilhem y la escuela de los Annales**. *Intelligere*. [S.I], v.2, n. 1, p. 36-50, may 2016. ISSN 2447-9020. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revistaintelligere/article/view/110860/113276>. Acesso em: 22 jun. 2019.

Sobre os autores

Rodrigo Emídio Silva

Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás(2007) e especialização em Métodos e técnicas de ensino pela Universidade Saldado de Oliveira(2010). Atualmente é professor da Secretaria municipal de Educação, professor da Secretaria Estadual de Educação e da Universidade Federal de Goiás. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0226597741228719>

Wellington Ribeiro da Silva

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (1993) e mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás (2001). Atualmente é professor Assistente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás e doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás . Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional do Brasil, Teoria da História e História Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, região, geografia, desafio sócio-espacial e globalização.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8276832860150703>

Recebido em abril de 2019.
Aceito para publicação em agosto de 2019.